



**Curso de Pós-Graduação em
Avaliação Educacional**

MÔNICA DE CASTRO GUIMARÃES

**A avaliação da aprendizagem segundo Luckesi,
Hoffman e Perrenoud.**

Monografia apresentada à FACULDADE UNYLEYA
como exigência parcial à obtenção
do título de Especialista em Avaliação Educacional
Sob a orientação
da Professora Ms. Aline Sampaio de Oliveira

Cidade – RJ

2018

MÔNICA DE CASTRO GUIMARÃES

**A avaliação da aprendizagem segundo Luckesi, Hoffman e
Perrenoud.**

Monografia apresentada à Faculdade Unylea, como
exigência parcial à obtenção do título de Especialista
(Programa de Pós-Graduação em Avaliação Escolar)

Aline Sampaio de Oliveira

RIO DE JANEIRO

2018

MÔNICA DE CASTRO GUIMARÃES

A avaliação da aprendizagem segundo Luckesi, Hoffman e Perrenoud.

Monografia apresentada à Faculdade Unylea, como exigência parcial à obtenção do título de Especialista (Programa de Pós-Graduação em Avaliação Escolar).

Data da aprovação: Rio de Janeiro – RJ, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Aline Sampaio de Oliveira
(Orientadora – Faculdade Unylea)

Nome do professor(a)

Nome do professor(a)

Nome do professor(a)

Rio de Janeiro

2018

RESUMO

O presente trabalho apresentou três abordagens teóricas sobre o tema avaliação da aprendizagem, segundo os estudiosos Luckesi, Hoffman e Perrenoud. A escolha destes três se deu por sua importância dentro do tema, seja no Brasil (os dois primeiros), seja no exterior (o terceiro). A pesquisa teve como objetivo responder às seguintes perguntas: (1) de que maneira a associação da noção de avaliação à noção de medida, exame, teste ou prova prejudica ou não o trabalho de ensino/aprendizagem escolar? (2) que posição teórica os estudiosos mencionados assumem com relação ao assunto? (3) que conceito de avaliação pretende contribuir com uma aprendizagem escolar efetiva? Para a obtenção dos resultados, seguiu-se a metodologia da Pesquisa Bibliográfica, tendo sido utilizados textos dos próprios autores. Como conclusões, verificamos que os três autores entendem a avaliação não como a atribuição de uma nota ou conceito, mas sim como um momento de observação da real condição de aprendizagem do(a) aprendiz, do quanto este(a) realmente aprendeu ou não, para uma posterior reorganização do processo ensino/aprendizagem em prol de seu logro eficaz.

Palavras-chave: Avaliação; Avaliação da Aprendizagem; Aprendizagem escolar.

1) Introdução

Como professora de língua espanhola do Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 2017 tive o privilégio de participar do XII Seminário em Educação da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), quando tomei conhecimento de que o tema do XIII seminário (a ser realizado no presente ano) seria “Avaliação Educacional”. Tal informação me motivou a reciclar meus conhecimentos nesta área, por pretender participar novamente do encontro educacional do presente ano. Então, iniciei este curso de pós-graduação em Avaliação Educacional.

Dentre os possíveis ramos da Educação Educacional, a Avaliação da Aprendizagem é a que me suscita mais interesse, pois estive durante 15 anos no trabalho de ensino e aprendizagem em língua espanhola e pude vivenciar na prática as dificuldades que o processo avaliativo gera aos profissionais da educação.

Nesta perspectiva, pareceu importante conhecer o que alguns estudiosos do tema avaliação educacional entendem por “avaliação”, seus pressupostos e bases teóricas, no que concerne ao ensino/aprendizagem.

Através de uma simples pesquisa em sites de busca na internet é possível constatar que o número de pesquisadores sobre o assunto não é pequeno. Por essa diversidade, foi necessário fazer um recorte, em função do reduzido tempo de pesquisa. Assim, o trabalho analisa os fundamentos de dois estudiosos brasileiros, Luckesi (2013) e Hoffman (2014) e um estrangeiro, Perrenoud (2000), todos consagrados na área. Também decidi trabalhar com textos dos próprios autores, constantes em suas obras.

O conceito de avaliação tem sido usualmente relacionado, tanto por professores como por alunos, às noções de prova, nota, conceito, boletim, recuperação e reprovação. Tal postura possui uma explicação histórica e se constata pelas práticas brasileiras em sala de aula

Historicamente, a noção de avaliação associada à forma de testes ou provas com uma menção em nota começou a assumir uma forma mais estruturada depois do século XVIII, quando começaram a serem formadas as primeiras escolas modernas, os livros passaram a ser mais acessíveis e surgiram as primeiras bibliotecas.

Reforçou essa postura uma outra área - que se destacou no final do século XX - a psicométrica, em que testes padronizados e objetivos mediam a inteligência e o desempenho das pessoas.

Tal origem explica uma prática que vem sendo vivenciada em nossas escolas, desde os primórdios de nossa colonização (educação jesuítica), em que a ênfase ocorre no grau obtido nos trabalhos, testes ou provas realizados. Sem negar o possível valor de tais medições, dependendo do contexto, tal vivência gerou o problema de a aprendizagem em si ter ficado em segundo plano em importância. O valor tem sido representado na nota obtida pelo(a) aluno(a), nas turmas que possuem melhor média de notas, nas escolas que conseguem melhores médias nas diversas provas classificatórias brasileiras (ENEM, Prova Brasil, Saeb, etc.)

Esta situação se mostra preocupante, entre outras razões, quando observamos que, por exemplo, segundo o 5o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional¹ (2005) - Leitura e escrita - apenas 26% da população possui domínio pleno das habilidades (consegue ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos e identificar fontes.). Tal amostra sugere que nossa prática educativa necessita torna-se mais eficaz no sentido da aprendizagem efetiva de novos estudantes.

Assim surgem alguns questionamentos: (1) de que maneira a associação da noção de avaliação à noção de medida, exame, teste ou prova prejudica ou não o trabalho de ensino/aprendizagem escolar? (2) que posição teórica os estudiosos mencionados assumem com relação ao assunto? (3) que conceito de avaliação pretende contribuir com uma aprendizagem escolar efetiva?

Como metodologia de trabalho, será perseguido o seguinte caminho: embasamento teórico sobre o conceito de avaliação de acordo com o dicionário Aurélio e os estudiosos mencionados e resposta aos questionamentos em forma de conclusões.

¹ A pesquisa, realizada pelo IBOPE, utilizou uma amostra nacional, de 2002 pessoas, representativa da população brasileira de 15 a 64 anos. Em entrevistas domiciliares, realizadas entre os dias 30 de junho e 10 de julho, foi aplicado um teste - contendo tarefas de leitura e escrita relacionadas a contextos e objetivos práticos - e questionário que levantou informações sobre o *background* familiar e educacional dos respondentes e sobre suas práticas de leitura e escrita. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

2) Desenvolvimento

2.1) O conceito de avaliar e avaliação segundo o Dicionário Aurélio

Segundo o estudioso Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1996), são os seguintes os conceitos de avaliar e de avaliação: (a) Avaliar é: "v.t.d.1. Determinar a valia ou o valor de. 2. Apreciar ou estimar o merecimento de. 3. Calcular, estimar, computar. 4. Fazer ideia de; apreciar, estimar. 5. reconhecer a grandeza, a intensidade, a força de; (b) Avaliação é "s.f. 1. Ato ou efeito de avaliar(-se) 2. Apreciação, análise. 3. Valor determinado pelos avaliadores.

Pelas definições apresentadas, vê-se que os conceitos de avaliar e de avaliação listados pelo estudioso Aurélio (1996) contribuem para a associação dos verbetes "avaliar" e "avaliação" à noção de apresentar uma medida. Dentro do ambiente educacional esta medida tem sido apresentada na forma de nota (de 0 a 10) ou de conceito (Insuficiente, Regular, Bom, Muito bom e Excelente são os mais comuns).

O estudioso apresenta também, dentro das definições do verbete "avaliação" os conceitos de Avaliação Formativa, "processo de avaliação realizado no decorrer de um programa instrucional visando aperfeiçoá-lo" e o de Avaliação Somativa, "Processo de avaliação final de um programa instrucional visando julgá-lo". Interessante observar que ao mencionar estas duas noções, temos uma relação clara do conceito de avaliar dentro do processo educativo (programa instrucional), e que ambas dizem respeito a momentos distintos: o primeiro sendo uma possibilidade de aperfeiçoamento e o segundo, de julgamento.

2.2) O conceito de avaliação segundo Luckesi.

Cipriano Carlos Luckesi possui um extenso currículo acadêmico, tendo obtido os títulos de Bacharel em Teologia², Licenciado em Filosofia³, Mestre em Ciências Sociais⁴, Doutor em Educação: Filosofia e História da Educação⁵, Psicoterapeuta em Biossíntese⁶ e terapeuta⁷.

²Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Católica do Salvador.

⁴Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

⁵Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁶Centro de Biossíntese da Bahia, credenciado pelo Center for *Biosynthesis International*, sediado em Heyden, Suíça

⁷Escola Dinâmica Energética do Psiquismo, em Salvador.

Em seu livro, *Avaliação da aprendizagem escolar*, o pesquisador apresenta uma série de artigos de sua autoria, em que esclarece as bases teóricas sobre sua visão acerca do conceito de avaliação no âmbito educacional. Especificamente no capítulo denominado *Avaliação escolar: um ato amoroso*, o autor explicita que a avaliação da aprendizagem em nossas escolas vem sendo uma prática “ameaçadora, autoritária e seletiva”, e ele tem denunciado este processo que chama de “exclusão” (Luckesi, 2010).

Além disso, argumenta que o termo "avaliação" tem sido erroneamente empregado como sinônimo de "exames" e de "provas" e desenvolve um trabalho argumentativo para mostrar que os conceitos de "avaliação" e de "exames" são muito diferentes entre si. Assim, esta pesquisa verifica tais argumentos e os explicita.

Tal diferenciação traz à tona o peso e a apreensão que as noções de exames e de provas geram nos(as) alunos(as). De modo simplificado, a tais instrumentos costuma ser atribuída uma nota (varia de 0 a 19) ou conceito (I= insuficiente, R= Regular, B= Bom, MB = Muito bom ou E= Excelente) que além de classificar os(as) alunos(as), também determina os(as) que serão aprovados(as) ou não. De um modo geral, apenas são aprovados(as) os(as) que obtivessem médias acima de 5 em todas as disciplinas, ou conceito B ou acima de B, também em todas as matérias.

Sobre a problemática dos conceitos de “exames” e de “provas”, o autor postula que dentro da prática educativa brasileira ocorre a ênfase na “pedagogia do exame” (Luckesi, 2010). A partir desta prática, o ensino centra-se no exercício de resolver provas a partir de determinados conteúdos. A pergunta fundamental, que se houve dos discentes nesta circunstância, é: “Vai cair na prova?” (Luckesi, 2010). Os cursos preparatórios para o vestibular são outro bom exemplo deste processo (os(as) estudantes estudam os conteúdos que “cairão” nos exames do ENEM para ingresso nas diversas faculdades brasileiras). O importante, assim, são os percentuais de aprovação/reprovação do total dos(as) aprendizes.

Dentro deste funcionamento, a tensão e preocupação por se obter a nota necessária não parte apenas dos estudantes: pais, mães, familiares e docentes também se mostram apreensivos sobre este assunto. Como salienta o pesquisador :

[...] os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados, e para isso, servem-se dos mais variados expedientes.” (LUCKESI, 2010, pág. 18)

Observa-se que neste caminho há, desde o início do curso, uma constante atenção dos(as) alunos(as) na promoção escolar, de modo a descobrir os modos como as notas poderão ser obtidas. O que importa é a nota, como se elas nada tivessem a ver com a aprendizagem. E tal foco também se aplica às pessoas que se interessam pelo sucesso de tal estudante, assim como aos próprios mestres. Os responsáveis, por exemplo, costumam ficar atentos à nota de seu(ua) filho(a) quando esta surge no boletim. O importante é esta ser a mínima necessária para a aprovação. Não é tão valioso o que efetivamente foi aprendido ou não.

Pensando no uso do instrumento da nota como “trunfo ameaçador”, professores e professoras costumam usar a intimidação do dia da prova, quando percebem que seu trabalho não está tendo os resultados esperados, ou quando a turma está indisciplinada. Ou então o educador vai realizando um “terrorismo homeopático”⁸, ou seja, todos os dias vai lembrando em sala de aula que o dia da prova está chegando.

Por outro lado, os estabelecimentos de ensino estão focados em saber como está o todo das notas dos estudantes. Como o estudioso sinaliza, “As curvas estatísticas são suficientes, pois demonstram o quadro global dos alunos no que se refere ao seu processo de promoção ou não nas séries de escolaridade” (Luckesi, 2010). São todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente no processo de ensino/aprendizagem preocupados mais com as notas que com qualquer outra coisa.

Então, tal “pedagogia do exame” apresenta o que Luckesi classifica como desdobramentos: os professores utilizam as provas para “provar” e não para auxiliar os estudantes em sua aprendizagem; também fazem promessas de pontos a mais ou a menos para determinadas atividades que, muitas vezes, não estão necessariamente ligadas ao conteúdo que foi objeto de verificação da aprendizagem durante a prova. Neste rumo, a atividade que vale nota acaba sendo usada como disciplinamento social dos alunos, sob a égide do medo. O pedagogo ressalta que:

Ao longo da história da educação moderna e de nossa prática educativa, a avaliação da aprendizagem escolar, por meio de exames e provas, foi se tornando um fetiche. Por fetiche entendemos uma "entidade" criada pelo ser humano para atender a uma necessidade, mas que se torna independente dele e o domina, universalizando-se (Luckesi, 2010).

Além dos desdobramentos, ele pontua as conseqüências de tal prática centrada nos exames e provas: pedagogicamente, não auxilia a aprendizagem, secundarizando seu

⁸ Grifo do autor.

significado; psicologicamente, facilita o desenvolvimento de personalidades submissas, pela égide do medo e sociologicamente, é bastante útil para os processos de seletividade social, estando a tarefa submetida a uma nota muito mais relacionada com a reprovação (o medo desta) que com a aprovação (objetivo último do ensino no sentido de uma aprendizagem efetivamente alcançada).

Dessa forma, a prática de “exames” e de “provas” tal qual explicitada é também uma prática social no sentido que e está a serviço de uma pedagogia (uma concepção teórica da educação) que traduz o que seja uma concepção teórica da sociedade (neste caso, o modelo social dominante, identificado como *liberal conservador*⁹). Como este ressalta: “O autoritarismo, como veremos, é elemento necessário para a garantia desse modelo social, daí a prática da avaliação manifestar-se de forma autoritária.” (Luckesi, 2010) Assim, a avaliação da aprendizagem, contextualizada dentro desta pedagogia, serve ao mesmo propósito da sociedade burguesa. Como pontua o estudioso:

A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, terá de, *obrigatoriamente*, ser autoritária, pois esse caráter pertence à essência desta perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, ou seja, pela utilização de coações explícitas [...]. (LUCKESI, 2010, Pág. 32)

Diferente da aplicação de "provas" e de "exames" para obtenção de graus que aprovam ou reprovam, o autor emprega o termo “avaliação” de modo específico.

Deste modo, a avaliação adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino. Ela é elaborada de acordo com este projeto maior, e não possui uma finalidade em si, “ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido” (Luckesi, 2010). É importante a construção de conhecimentos, habilidades e hábitos juntamente com os(as) estudantes, por meio da assimilação dos elementos culturais da sociedade. A avaliação se caracteriza como uma forma de juízo da realidade, para uma tomada de decisão a favor ou contra uma circunstância.

Sendo um juízo de valor, ocorre uma afirmação sobre a qualidade de um dado objeto, a partir de critérios claros e pré-estabelecidos. Quanto mais próximo do ideal estabelecido, mais satisfatório será o objeto. Esse julgamento se faz sob como a realidade se

⁹ Grifo do autor. É o modelo social nascido após a Revolução Francesa, e mantido até a atualidade, em que a burguesia passa a ser reacionária e conservadora, para garantir e aumentar os privilégios econômicos que havia adquirido.

apresenta, não sendo, por isso, subjetivo. É objetivo. “O juízo emergirá dos indicadores da realidade que delimitam a qualidade efetivamente esperada do objeto” (Luckesi, 2010)

Essa prática de valorização necessita ter como propósito a tomada de um posicionamento a favor ou contra o objeto como ele se encontra no momento de sua observação, a partir do valor ou qualidade atribuídos, para assim manter o objeto como ele está ou atuar sobre ele para sua transformação. Isto é diferente de usar tal medição para apenas classificar, cuja função seria apenas estática, sem este movimento.

Seguindo esta lógica, a prática da avaliação da aprendizagem só será possível se o interesse maior estiver realmente na aprendizagem da turma. O haver aprendido, ou não, um determinado conteúdo é o que deve nortear o trabalho pedagógico, neste caso. O autor assim define o ato de avaliar:

O ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir de comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. O valor ou qualidade atribuídos ao objeto conduzem a uma tomada de posição a seu favor ou contra ele. (LUCKESI, 2010, Pág., 93).

Observa-se que na avaliação da aprendizagem, por este viés teórico, é necessária uma decisão do(a) docente que direcione o aprendizado e, assim, o desenvolvimento do(a) aluno(a). É uma menor preocupação com o “aprovar” ou “reprovar” e um maior interesse em verificar o que o estudante efetivamente sabe ou aprendeu, havendo um investimento nos resultados desejados. Os conteúdos precisam ser compreendidos e internalizados. É a construção do resultado satisfatório. Como observa o autor: “A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida.” (Luckesi, 2010). E para que tal aconteça, a condição é que a “avaliação” deixe de ser usada como um recurso de autoridade.

O autor termina por definir a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, um ato acolhedor, integrativo e inclusivo. “A avaliação tem por base acolher uma situação para, então, (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário.” (Luckesi, 2010). É a possibilidade de se parar para pensar a prática e, posteriormente, retornar a ela com um novo olhar, mas compreensivo, acolhedor e esclarecedor. É a função diagnóstica da avaliação e não, classificatória. É o momento de se pensar sobre as possibilidades de permitir o crescimento para a autonomia e para a competência.

Para que a "avaliação" assuma seu papel de diagnóstico para a mudança, precisará estar embasada em uma pedagogia preocupada com a transformação social, atenta à superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia no(a) estudante, com uma participação democrática de todos. Conforme o autor, "A avaliação deixará de ser autoritária se o modelo social e a concepção teórico-prática da educação também não forem autoritários." (Luckesi, 2010). A avaliação se manifesta aqui como um mecanismo de diagnóstico de situação, tendo em vista o aprendizado e o avanço, não a estagnação disciplinadora.

Luckesi (2010) postula que o primeiro passo para que se exerça uma prática da "avaliação" - dentro das bases teóricas mencionadas - é que se assuma um posicionamento pedagógico claro e explícito, de modo que se possa orientar a prática pedagógica sempre que necessário, em seu planejamento, execução e avaliação. Também, é necessário que esta teoria seja posta em prática na sala de aula. É estar próximo ao estudante, respeitando suas diferenças.

As relações que deveriam existir entre indivíduos em uma sociedade democrática é a de reciprocidade, não de subalternidade. Então, devem ser desenvolvidas competências (que permitam tais relações de reciprocidade) nos indivíduos e é a escola quem é a responsável por tal desenvolvimento.

Além disso, a atribuição de notas em sua forma de médias (somatório da nota de uma atividade anterior com outra posterior, dividido por dois) não simboliza a aprendizagem mínima necessária. Por exemplo, um(a) estudante recebe uma nota três em uma prova sobre o assunto "Escravidão no século XIX" e a nota sete em outra no assunto "Era Vargas". Assim, sua média é a nota cinco, ou seja uma percentual de 50% de sucesso na aquisição do conhecimento. Contudo, isto não quer dizer que ele saiba a metade de cada assunto. Isto quer dizer que o(a) estudante sabe menos do necessário sobre o assunto "Escravidão no século XIX". É neste raciocínio que o estudioso defende a ideia de *mínimo necessário* dentro da aprendizagem. De acordo com o autor:

Com o processo de se estabelecer os mínimos, os alunos que apresentarem a aprendizagem dos mínimos necessários seriam aprovados para o passo seguinte da sua aprendizagem. Enquanto não conseguirem isso, cada educando merece ser reorientado. Alguns certamente ultrapassarão os mínimos, por suas aptidões, sua dedicação, condições de diferenças sociais definidas dentro de uma sociedade capitalista, etc., mas ninguém deverá ficar sem condições mínimas de competência para a convivência social. (LUCKESI, 2010, Pág.)

Neste raciocínio, os mínimos necessários deveriam ser pensados sobre cada assunto, o que se entende conhecimento mínimo, então, sobre determinado tópico.

2.3) A avaliação da aprendizagem segundo Perrenoud.

Philippe Perrenoud é um doutor em sociologia e antropologia, e professor na Universidade de Genebra. Possui trabalhos sobre as desigualdades e o fracasso escolar. Tem desenvolvido uma importante produção voltada para a formação de professores reflexivos.

Em seu livro, *10 competências para ensinar*, no capítulo 2, o autor tece observações sobre sua compreensão do ato de avaliar. Para ele, o trabalho pedagógico deve realizar "observações periódicas" do desenvolvimento escolar para verificar as aquisições dos(as) estudantes, através de uma "observação contínua". Emprega o termo "formativa" para determinar a função primeira desta observação, ou seja, a de considerar tudo o que possa contribuir com a aprendizagem do(a) aluno (a), que segundo o autor, seria:

[...] suas aquisições, as quais condicionam as tarefas que lhe podem ser propostas, assim como sua maneira de aprender e de raciocinar, sua relação com o saber, suas angústias e bloqueios eventuais diante de certos tipos de tarefas, o que faz sentido para ele e o mobiliza, seus interesses, seus projetos, sua auto-imagem como sujeito mais ou menos capaz de aprender, seu ambiente escolar e familiar. (PERRENOUD, 2000, Pág. 50)

Enfatiza que mais importante que a turma terminar uma tarefa proposta é a capacidade do(a) professor (a) em regular os processos de aprendizagem, de modo a entender que por mais bem elaborada que tenha sido a atividade, esta nem sempre pode dar o resultado esperado. Também pontua que algumas habilidades podem levar mais tempo para serem desenvolvidas que outras. "A construção de atitudes, de competências ou de conhecimentos fundamentais leva meses, até mesmo anos" (Perrenoud, 2000).

Determina o tempo gasto na realização de uma tarefa como um indicador de aprendizagem. Assim, quanto mais tempo gasto em sua realização, a priori, indicaria um aprendizado efetivo, salvo se um estudante com muita facilidade gastasse um tempo muito curto.

Utiliza a expressão "avaliação formativa" dentro de uma perspectiva *pragmática* (apud, Perrenoud, 1991, 1998b) e explicita que esta não necessita ser comunicada aos responsáveis ou à administração escolar. Segundo ele, "Inscreve-se na relação diária entre o

professor e seus alunos, e seu objetivo é auxiliar cada um a aprender, não a prestar contas a terceiros" (Perrenoud, 2000).

Conclui relacionando a avaliação ao processo ensino/aprendizagem, em que cada situação vivida pelo(a) aluno(a) contribui para o levantamento de hipóteses sobre o trabalho escolar e as possibilidades da turma.

2.4) A avaliação da aprendizagem segundo Hoffman.

Jussara Hoffman é uma das maiores especialistas em avaliação da aprendizagem do país. Iniciou seus estudos e pesquisas nessa área de 1979 a 1981, na UFRJ, tendo se tornado a segunda Mestra em Educação do país na Linha de Pesquisa Avaliação Educacional.

A autora argumenta que muitos tem sido os estudiosos que se debruçam sobre o tema da avaliação educacional, mas diz que a maioria das pesquisas tem sido sobre o que "não deve ser" ao invés do "ser melhor", deixando de "apontar perspectivas palpáveis ao educador que deseja exercer a avaliação em benefício da educação" (Hoffman, 2011)

Outra problemática apontada é sobre os docentes que apontam com profundidade e a contento os equívocos do processo avaliativo escolar, mas que contudo, em sala de aula, apresentam uma prática avaliativa improvisada e arbitrária.

Dentro deste contexto, a autora postula que a ação classificatória e autoritária exercida pela maioria dos mestres é reflexo de sua história de vida como aluno e professor. Segundo ela:

É necessária a tomada de consciência dessas influências para que a nossa prática avaliativa não reproduza, inconscientemente, a arbitrariedade e o autoritarismo que contestaram pelo discurso. Temos de desvelar contradições e equívocos teóricos dessa prática, construindo um 'ressignificado' para a avaliação e desmistificando-a de fantasmas de um passado ainda muito em voga. (HOFFMAN, 2011, Pág. 12)

Deste modo, a prática avaliativa dos professores reproduz e revela suas vivências como estudante e educador. Pelas palavras da teórica, sua avaliação é "estática"¹⁰ e "frenadora"¹¹.

Também, postula que tanto docentes quanto discentes fazem uso do conceito de avaliação atribuindo a este diferentes significados relacionados, de acordo com a prática

¹⁰ Termo usado pela autora.

¹¹ Termo usado pela autora.

avaliativa tradicional, tais como: prova, conceito, boletim, recuperação, reprovação. Tudo passar a ser avaliar. Dar nota é avaliar, fazer prova é avaliar e o registro da nota é avaliação.

Neste raciocínio, a estudiosa argumenta que a avaliação é hoje um fenômeno indefinido e uma razão de controvérsias entre alunos e professores. Dentre as argumentações colhidas de profissionais da educação sobre o tema, a autora destaca contradições e angústias em dizeres como: "Avaliação não deveria ser isso, mas é isso o que é; Estamos falando do que é ou do que deveria ser?; Eu não concordo com a minha definição, mas não encontro outra". (Hoffman, 2011)

Dentro da análise da pesquisadora, a questão gira em torno da dicotomia educação e avaliação, pois a ação de avaliar é percebida como um momento distinto de educar, e tais ações são praticadas em dois momentos distintos e não relacionados.

A avaliação, assim, surge como um instrumento essencial à educação sendo, porém, inerente e indissociável desta, sendo concebida como "problematização, questionamento, reflexão sobre a ação" (Hoffman, 2011). Assim, o docente precisa constantemente avaliar a ação educativa, indagando para não instalar sua prática em verdades absolutas, pré-fabricadas e derradeiras.

De acordo com a pesquisadora, um dos caminhos de enfrentamento das dificuldades que o assunto apresenta é oportunizar aos docentes uma tomada de consciência sobre a contradição entre "a ação de avaliar e a concepção de avaliação como resultado e como julgamento" (Hoffman, 2011). Há que haver muita reflexão sobre a prática. É necessário analisar as situações vividas pelos professores no seu cotidiano, com suas dúvidas e anseios, para que suas ações possam ser reconduzidas e compreendidas sob uma nova perspectiva. Também, há que haver consenso nas atitudes das escolas e universidades com relação à rever as exigências burocráticas do sistema de ensino.

O questionamento das ações, dentro da prática avaliativa, não deve estar direcionado apenas aos alunos, mas também aos professores. Isto é diferente da avaliação compreendida como julgamento das ações de apenas um lado - o do aluno. É a busca de uma possível modificação de ambos os lados.

O grau, nota, conceito são conferidos ao aluno sem interpretação ou questionamento quanto ao seu significado e poder. Essas sentenças periódicas, terminais, obstaculizam na escola a compreensão do erro construtivo e de sua dimensão na busca de verdades. Impedem que professores e alunos estabeleçam uma relação de interação a partir da reflexão conjunta, do questionamento, sobre hipóteses formuladas pelo educando em sua descoberta do mundo. Resulta daí, da mesma forma, uma relação de antagonismo (professor e aluno) que leva a sofridos episódios de avaliação. Sentenças irrevogáveis.

Juízes inflexíveis. Réus, em sua maioria, culpados. O professor cumpre penosamente uma exigência burocrática, e o aluno, por sua vez, sofre o processo avaliativo. Ambos perdem nesse momento e descaracterizam a avaliação do seu significado básico de investigação e dinamização do processo de conhecimento.(HOFFMAN, 2011, Págs. 17 e 18)

Em uma perspectiva de construção do conhecimento, há as premissas básicas de se confiar na possibilidade de os educandos construírem suas próprias verdades e de se valorizar suas manifestações e interesses. Esta nova perspectiva pede do educador uma concepção do indivíduo como sujeito de seu próprio desenvolvimento, dentro de sua realidade social e política.

Assim, os equívocos e os questionamentos dos estudantes passam a ser considerados como *altamente significativos* (Hoffman, 2011). A ação educativa possui nos erros uma rica possibilidade de impulso, pois estes permitem ao professor observar como o aluno se comporta diante das situações vivenciadas ao construir suas verdades. Posicionando-se claramente a autora assim define avaliar: "é dinamizar oportunidades de autorreflexão, num acompanhamento permanente do professor que incitará o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas" (Hoffman, 2011) É imprescindível, então, o conhecimento, assim como uma visão abrangente e esmiuçada de sua disciplina.

Neste rumo, a avaliação deixa de ser um momento terminal e se transforma na procura constante da compreensão das dificuldades do estudante para a construção de novos caminhos de aprendizagem.

Somando-se a isso, estudos da psicogenética também são pertinentes, de modo a se entender como se dá a gênese do conhecimento. Perguntas tais como, quais as condições necessárias para o aprendizado individual durante suas várias fases evolutivas (infância, juventude, maturidade) e como se dá a interação entre o organismo e o meio para que se desenvolva a capacidade em aprender, são fundamentais. Segundo a autora, "A ação avaliativa abrange justamente a compreensão do processo de cognição" (Hoffman, 2011). Ou seja, compreender como o estudante aprende.

Complementando, a pesquisadora coloca a teoria de medidas reverenciadas [ainda desconhecida pela maioria dos educadores e de origem do estudioso Vianna (1980)] como outra diretriz de seus estudos.

Tal teoria, para ela: "Traz em si a denúncia do significado equivocado dos números na expressão de resultados e a importância de definição de pontos referenciais para a interpretação séria das dificuldades individuais dos alunos". (Hoffman, 2011). Então, é imprescindível a interpretação dos erros constatados na atividade escolar. Tal interpretação

não é feita comparando os sujeitos de um grupo (como tem sido feito nas medidas tradicionais), mas sim com relação ao status do estudante de acordo com determinados "pontos referenciais", os indicadores da aprendizagem. Para a pesquisadora:

As informações obtidas a partir dessa interpretação favorecem, em primeiro lugar, o diálogo entre o professor e o aluno necessário ao repensar das hipóteses, à reformulação de alternativas de solução. Por outro lado, dinamizam a reflexão do professor sobre seus próprios posicionamentos metodológicos, na elaboração de questões e a análise de respostas dos alunos. (HOFFMAN, 2011, Pág.22)

Concluindo, o questionar-se, dentro de uma perspectiva construtivista (suporte teórico da autora) é premissa básica tanto para o(a) aluno (a), quanto para o (a) professor (a).

3) Considerações finais.

A partir da verificação da noção de “avaliar” segundo o dicionário Aurélio (1996) fica evidente a força que possui a relação deste com a noção de “apresentar uma medida, um valor”.

Respondendo aos questionamentos da pesquisa, observamos que os três teóricos estudados na presente pesquisa atribuem ao conceito de “avaliação” uma perspectiva bem distinta da apresentada no dicionário.

Para Luckesi, a avaliação é um instrumento que serve para a tomada de decisão do(a) professor(a) em relação ao quanto um objeto de ensino foi ou não incorporado pelo(a) estudante. Sua função não é apresentar uma medida classificatória, mas sim, acolher e incluir o(a) aluno(a).

Perrenoud relaciona a noção de avaliação à de “observação contínua” ou “formativa”. Assim, o(a) educador(a) necessita regular constantemente os processos de aprendizagem, de modo a verificar se esta ocorreu ou não, construindo, se necessário, novos caminhos para que esta se efetive.

Para Hoffman, a avaliação é hoje um fenômeno indefinido e razão de controvérsias entre alunos(as) e professores(as). Além disso, a avaliação é um instrumento essencial e indissociável à educação e sua função é questionar e problematizar a própria ação educativa. A reflexão se dá mais sobre a prática do docente que sobre os resultados discentes. Nesse sentido, os equívocos e questionamentos dos(as) aprendizes passam a ser altamente significativos. É a procura constante das dificuldades dos(as) alunos(as) para a construção de novos rumos para a aprendizagem.

Verificamos, assim, que os três autores entendem a avaliação não como a atribuição de uma nota ou conceito, mas sim como um momento de observação da real condição de aprendizagem do(a) aprendiz, do quanto este(a) realmente aprendeu ou não, para uma posterior reorganização do processo ensino/aprendizagem em prol de seu logro eficaz. O diferencial apresentado pela autora Hoffman diz respeito a uma ênfase na observação da prática do(a) professor(a), numa autorreflexão deste(a).

Sobre a associação da noção de avaliação à de medida, exame, teste ou prova, concluímos que esta faz com que se perca a maior contribuição que a noção de avaliação pode ter: permitir uma reflexão sobre o ato de ensinar, a possibilidade de se encontrarem melhores

caminhos de aprendizagem. Isto não quer dizer que as escolas devam, necessariamente, abolir seus conceitos ou notas. Apenas significa que até que se chegue o momento de se lançar um grau, é necessário que todo esse caminho de questionamento e tomada de novos rumos, segundo cada caso, tenha sido percorrido.

Através dos estudos realizados pelos teóricos aqui apresentados, vemos que o conceito de avaliação por eles construído permite a busca de uma aprendizagem escolar efetiva e significativa, não apenas a atribuição de graus que não se relacionam a, ou representam, uma aquisição de novos saberes – objetivo final do processo de ensino/aprendizagem escolar.

Por fim, acreditamos que futuras pesquisas em que aprofundemos mais ainda as bases teóricas de tais autores poderão elucidar mais caminhos possíveis e válidos para a abordagem da questão da avaliação no âmbito escolar. Pensamos, também, que o conhecimento de suas teorias forma um alicerce de saberes úteis e necessários para que outros autores possam também ser acessados de modo crítico e comparativo.

4) Referências Bibliográficas

Avaliação ao longo da história. Breve Histórico. Internet. Educação Pública.

Disponível em: www.educacaopublica.rj.gov.br "Avaliação do longo da história". Acesso em 06/06/2018.

ALEJANDRO, Diana. *Biografia de Philippe Perrenoud.* Internet, 2010.

Disponível em: <http://dianaalejandroaleman04.blogspot.com.br/2010/02/biografia-philippe-perrenoud.html> Acesso em: 26/05/2018

Escritor Cipriano Luckesi visitará Cacoal. Internet. Secretaria de Estado da Educação.

Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/index.php/noticias-all/62-escritor-cipriano-luckesi-visitara-cacoal.html> Acesso em: 30/04/2018.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação. Mito e Desafio*, 44^a ed., Editora Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições*, 1^a ed., São Paulo, Cortez, 2013.

PERRENOUD, Phillipe. *10 Novas competências para ensinar*, Artmed, Porto Alegre, 2000.